

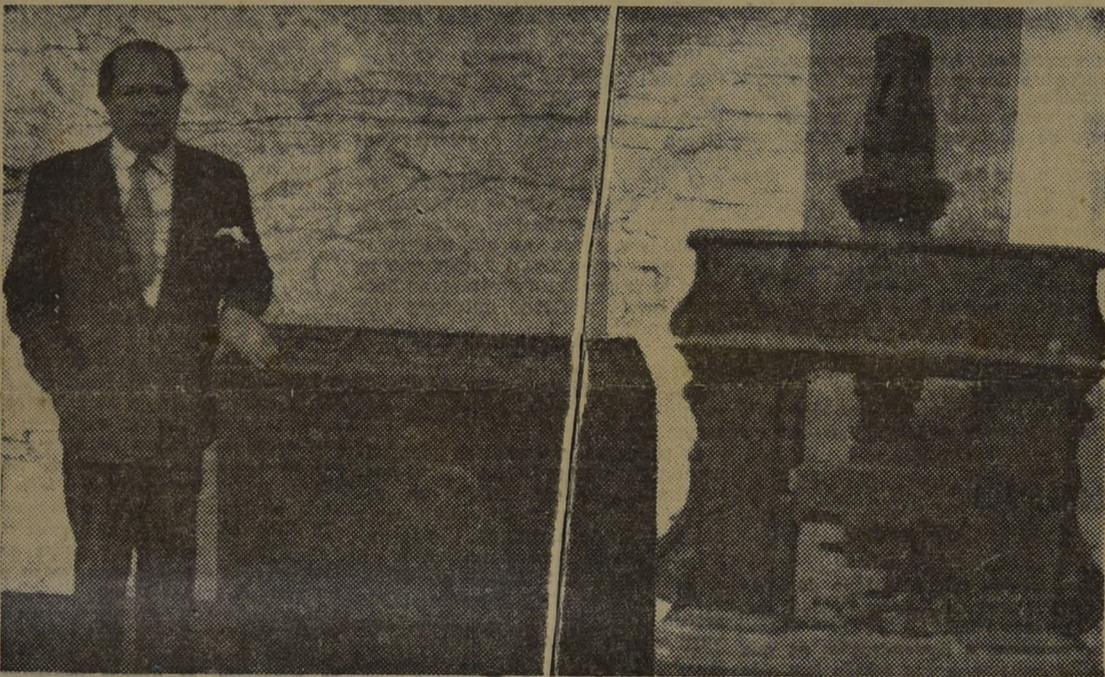
...tortes pa...
 ...deu, deixando...
 ...os "alguns portuque-...
 ...e índios amigos". Um mês...
 ...pois de ter Tavares partido para...
 ...janeiro de 1637, os infiéis presos na...
 ...assaltar as reduções, em princípios de...
 ...palçada do Taquari se revoltaram...
 ...matando alguns portugueses, o que...
 ...para os índios...
 ...de satisfi...
 ...e animo em somente...
 ...palavras, fê-lo com a...
 ...tomou uma camiset... de...
 ...um índio e pondo-a sobre o vestido...
 ...Mas, os bandeirant...
 ...a igreja, que era de taipas, eccl...
 ...cendárias. Vendo os padres que...
 ...igreja se abrazia e os índios, mu-...
 ... (Conclue na 7.ª pág.)

Do "Cruzado" português ao "Cruzeiro" nacional

RÁPIDA NOTÍCIA DA EVOLUÇÃO MONETÁRIA NO BRASIL, DESDE OS TEMPOS COLONIAIS ATÉ OS DIAS PRESENTES

ENTRA HOJE EM CIRCULAÇÃO a nova moeda brasileira o "Cruzeiro", instituída recentemente por decreto governamental. É este o maior acontecimento da história monetária do país: o Brasil já possui a "sua" moeda, própria, característica, inconfundível, como os Estados Unidos possuem o dólar, a Inglaterra a libra e a França o franco. O velho e tradicional "real" nada mais era do que uma sobrevivência da dominação portuguesa, uma herança dos tempos coloniais. Não o maldizemos, nem o desprezamos com acinte. Pelo contrário, dele nos separamos e nos despedimos com saudade e ternura.

O acontecimento da entrada do "Cruzeiro" em circulação sugere uma porção de idéias. A nós, por exemplo, nos ocorreu comemorar este importante evento com uma rápida notícia — vejamos bem — uma rápida notícia a respeito da evolução da moeda em nosso país. O que poderíamos chamar de "História Monetária do Brasil" não existe ainda. Há apenas, neste terreno, debéis tentativas levadas a cabo por escritores decididos. Nada se conhece quase sobre o assunto, a não ser uma ou outra monografia e alguma coisa dispersa e oculta no bojo das revistas e publicações especializadas. Mais antigamente, encontramos "As Moedas da Colônia do Brasil", de Julius Meili, livro editado em Zurich, escrito em alemão e ainda não traduzido, ao que parece. Mais modernamente, se nos depara a "História Monetária do Brasil Colonial", do capitão Severino Sombra, aparecida em 1938.



Aqui se veem, neste "clichê", duas peças que representam dois marcos miliários na história monetária do Brasil colonial e que são conservadas, carinhosamente, na atual Casa da Moeda do Rio de Janeiro: a arca de ferro em que vinham para cá as moedas cunhadas no reino, isto é, na Casa da Moeda de Lisboa, e uma das primitivas prensas a funcionar na cunhagem de moedas em nossa terra, aí por volta de 1633, quando, em S. Vicente, se fundou a primeira Casa da Moeda do Estado do Brasil.

É preciso andar a percorrer numerosas obras para se conseguir apanhar, numa e noutra, alguma coisa com que se possa formar o corpo de uma "rápida notícia" da nossa evolução monetária, desde os primeiros dias da vida oficial da "Terra de Vera-Cruz".

Antes, porém, de entrarmos em cheio no assunto, necessário se torna — pois esta notícia se destina ao grande público — uma espécie de "encenação", de "ambientação" para que o leitor menos prevenido possa acompanhá-la com mais desenvoltura e enfronhar-se de umas tantas coisas que não costumam estar muito ao alcance da mão.

A ORIGEM DA MOEDA

Quem aí pelo modo do século III, da era pagã, subisse o rio Tibre até a chamada, atualmente "Ilha Tibe-

rina" e olhasse à direita, contemplaria, quase perpendiclarmente ao rio, o "Mons Capitolinus", a menor das sete colinas em que assentava a antiga Roma. Do mesmo modo, divisaria, separado pelo seu dorso encurvado, pelo "inter duos lucos", como então se dizia, bem junto à rocha Tarpeia, debruçando-se sobre o serpenteante fio d'água, o primitivo Capitólio, baixo, pesadão, com as suas três filas de grossas colunas na fachada e a ostentar, no alto do pontão, uma imponente quadriga. Este Capitólio abrigava sob o seu teto de cobre polido a estátua de barro pintado de "Jupiter Maximo", a ameaçar os raios na mão, os humildes mortais que tanto o temiam. No ápice deste monumento estava a "arx", a fortaleza, a cujos pés se estendia a encosta por onde os gauleses, em certa noite, procuraram escalar o último reduto em que Tito Manlio defendia os restos do brio

e da honra da sua pátria em derrocada. Na "arx", lá estava o templo de Juno "Moneta", a Juno "avisadora", a Juno que prevenira Manlio, por intermédio dos gansos, da chegada dos bárbaros de alem Reno. Pois foi ao pé deste templo que se instalou, 269 anos antes de Cristo, o fabrico da moeda de prata e foi daí por diante que o termo "pecunia" (dinheiro) começou a cair em desuso e a ser substituído pela palavra "moneta" (avisadora), que, perdida a significação primitiva, invadiu o Ocidente de roldão com as legiões romanas.

Não obstante, a moeda como medida dos valores e instrumento de trocas, tem a sua origem perdida na noite dos tempos. É lógico, porém admitir, como quer o professor Manoel Hele no, que por muito remota que seja a sua antiguidade ela devia ter sido pre-

(Conclue na 8.ª pag.)

do Ins
 sav
 bas,
 magr
 sista
 excia.

FABRIL
 TECIL
 Prefer
 no
 Bras

 EXIJA NA
 BANGU-INDUS

RESENHA

Da apalpação

Na última sessão do Conselho Nacional de Medicina, o proff. Dr. Carvalho fez uma interessante comunicação na qual falou dos perigos da apalpação. A propósito deste assunto, nos dirigimos à memória da obra de Carvalho sobre a técnica do interior.

Tratava-se de uma obra feita com a sua tríplice experiência, o cirurgião, o clínico e o nobre semiótico. A operação se acelerou e, após algumas horas, depois, não se tomou se general.

Como esse nobre proff. Dr. Carvalho fez uma interessante comunicação ao conhecimento.

Estamos certos de que os clínicos e os cirurgiões nos seus estudos.

Depois daquele nobre semiótico e clínico, a obra de Carvalho é uma obra de cautela e de segurança.

Ante dessa obra de Carvalho, o leitor paulista subscritor dos "Diagnósticos" nas páginas de do os perigos da apalpação.

Um peso de saúde e de segurança, não se pode deixar de ler, Distendendo o conhecimento da entrada do órgão e da técnica da radiografia.

Tanto um como o outro, os seus poderes são preciosos, ocasionando, em alguns casos, a morte. Mas um e outro, para que se tomem as devidas precauções em tais casos, é necessário que se tome cuidado. Precauções que se tomam, diante da sábia obra do proff. Dr. Octavio de Carvalho.

Do "Cruzado" português ao "Cruzeiro" nacional

(Conclusão da 3.ª pág.)

cedida de um período pre-monetário, de um período em que não existia ainda a noção de propriedade, em que se vivia roubando mais do que trocando. Um período, em suma, de que nos podem dar idéias os costumes das crianças e dos selvagens que, em geral, sem nenhuma noção de troca, só conhecem o presente e o furto...

Alguns escritores latinos se expressavam assim: "pecuniam facere", isto é, "cunhar moeda". Ou "pecunia publica", que quer dizer "Tesouro Público". Ora, sabemos que a palavra "pecunia" vem de "pecus", que significa uma espécie inteira de animais. Logo, houve algum tempo, em Roma, em que os animais eram moedas. Eram animais que quase todos tinham e de que todos precisavam. Como, porém, não se prestavam a ser divididos, não tinham, por isso, longa duração de valor (Mattenzzi, "Economia Política"). Autron, nas suas "Preleções", nos indica que na Lacedemônia o ferro servia de moeda; na Roma, primitivamente, o cobre; na Abissínia, o sal; na Terra-Nova, o bacalhau seco; na Escócia, os pregos; na Rússia, até ao começo do século XVII, as peles; no México, segundo Humboldt, os grãos de cacau cumpriam, na época da sua descoberta e também nos princípios do século XIX, a função de moeda; e em vários outros países, o trigo. S. Jevons corrobora esta assertiva, informando que nos países agrícolas se usou muito grão como moeda. Na Babilônia, conforme Cauwès, o ouro e a prata já exerciam a função de moeda ("Curso de Economia Política, v. II). Plínio Senior conta que desde o século XVI, antes de Cristo, os romanos se serviram de barras de cobre sem cunho, até à época de Servio Tulio. O certo, porém, é que, desde a origem das sociedades os homens empregaram como moeda os dois metais preciosos: o ouro e a prata.

Contudo, há fatos como este: em 1618, decretou-se na Virgínia, hoje parte dos Estados Unidos, sob severas penas, o curso forçado do fumo. Havia, até há pouco, aldeias nos Alpes em que as mulheres se serviam de ovos e trigo como moedas. Na Tartaria o chá era instrumento de troca. Os gregos usavam bois como moedas e os romanos herdaram deles este uso. Boccardo relata que, séculos antes de Cristo, o ouro e a prata eram abundantes na Palestina e se refere a quantidade de ouro que, conforme as Escrituras, Salomão recebia dos seus súditos, anualmente. Por intermédio de Stuart-Mill ficamos sabendo que existiam (ou ainda existem) na África certas tribus que julgavam os valores por meio de uma moeda ideal a que chamavam "macuta". Charles Gide sugere que os homens primitivos, provavelmente, se serviram, como moeda, de sílex cortados. Na China contemporânea havia negociantes que traziam na cintura a balança e a pedra de toque e as barras aí existentes apresentavam sinais para garantia do seu peso e título. Os indígenas do Brasil usavam, como moeda, peles de animais e conchas do mar. Em S. Leopoldo, cidade do Rio Grande do Sul, de acordo com o que depunha Carlos Koseritz, nos fins do século passado, circulava uma moeda de folha de Flandres que, não obstante a emissão ilegal, todos recebiam. Na opinião do professor Ciccone, o primeiro metal empregado como moeda foi o cobre. No tempo de Abraão (1694 anos antes da Era vulgar) já se usava a moeda de prata. O ouro entrou a ser usado no tempo de David, mil anos antes de Cristo. Leroy Beaulieu, escudado em eruditos, assevera que no século II, antes de Cristo, no reinado de Ptolomeu Evergete, o cobre constituiu o padrão monetário único no Egito desse tempo.

O ESTUDO DA MOEDA

No quadro histórico do desenvolvimento de uma nação não pode deixar de existir um setor consagrado à evolução econômica. E, assim sendo, como pois dispensar a história da Moeda e dos fenômenos por ela produzidos? Eis a razão por que o estudo da Numismática se impõe desde logo. A Numismática encara a moeda sob o aspecto histórico e o artístico. Sob o primeiro, por que lhe pertence o conhecimento das circunstâncias em que ela foi cunhada, data do seu fabrico, autoridade que a fez cunhar e país onde teve curso. Sob o segundo, o aspecto artístico, porque lhe pertence o estudo da forma, do valor e da substância com que foi trabalhada. Dentro desta definição cabem perfeitamente as duas correntes predominantes nos estudos numismáticos: a "corrente clássica" ou de "numismática pura", que se limita a descrever e classificar as moedas antigas e tem a sua melhor representação no "Corpus nummorum veterum"; e a "corrente moderna" ou de "numismática aplicada", que procura arrancar da moeda todos os elementos que ela possa ministrar à História para o conhecimento da verdade. Para reconstruir o passado, para evocá-lo o homem sente a necessidade de aproveitar todos os vestígios que dele ficaram, todos os ensinamentos, portanto, que se encontram nas moedas. Aí por volta do meado do século XVII Severim de Faria externava esta opinião: "... nas imagens das moedas e nas suas inscrições se conserva a memória dos tempos, mais do que em nenhum outro monumento". Exemplifiquemos. Graças às moedas é que hoje se pode conhecer a situação de muitas cidades autônomas da Grécia antiga. Assim, por elas positivamente se a data da morte de Alexandre o Grande e do que aconteceu depois. Foi pelas moedas que se conseguiu formar uma idéia concreta da riqueza das cidades gregas e se saber, ao certo, o nome dos seus magistrados, as alianças feitas entre os diferentes Estados, muitas delas desconhecidas até há pouco, como a de Rodas, Samos, Cnido, Jasos e Efeso, 394 anos antes de Cristo. Por meio delas se tem ressuscitado o nome e a figura de muitos reis e até mesmo de dinastias na Bactriana, na Índia e no Bósforo. As moedas não deram melhor compreensão dos acontecimentos em Roma, da ditadura de Sila, da guerra civil, do governo de Cesar, das expedições do Império ao Eufrates, ao Danúbio, à Dácia, à Germânia e à África. Graças a elas podemos ter diante dos olhos as figuras trágicas dos inimigos fígadais de Roma: Perseu, Mitridates e Cleopatra. Graças a elas, enfim, temos a explicação de certas passagens pouco explícitas de historiadores como — "verbi gratia" — Tucídides que nos apresenta o herói de Selamina, depois de expulso da pátria, como governador na Magnésia (do Meandro). Este tópico do historiador grego é confirmado e completado por uma moeda cunhada pelo próprio herói, que era não governador mas soberano da referida cidade. Como estes, poderíamos citar uma infinidade de outros exemplos.

DAS FUNÇÕES DA MOEDA

A função da moeda não é outra senão facilitar as trocas de quaisquer outras mercadorias. Boccardo esclarece que o aparecimento da moeda foi a consequência necessária do desen-

volvimento da arte da troca entre os homens. Cossa assegura: "a moeda é o produto que se emprega como medida comum dos valores e como meio geral de troca e de pagamentos". O mestre Cauwès ensina que a função da moeda é servir de intermediária nas trocas. Realmente, nós a recebemos menos para guardá-la do que para cedê-la contra objetos de que carecemos. Duas são as principais funções da moeda: — 1.ª) servir de termo de comparação entre os valores ou, na expressão de alguns economistas, medida de valor (valorímetro); 2.ª) servir para facilitar as trocas, sendo recebida como equivalente. E' tão necessária a existência da moeda que Michael Chevallier, na sua refutadíssima obra "La Monnaie", logo depois de defini-la como um instrumento que nas trocas serve de medida e é por si mesma um equivalente, agrega: a moeda é indispensável ao homem desde que ele vive em sociedade.

Dois são os sistemas monetários: o do padrão único e o do duplo padrão. Modernamente chama-se ao primeiro "monometalismo" e ao segundo "bimetalismo". O primeiro sistema consiste em tomar-se um só metal para base do sistema monetário, conferindo-se-lhe exclusivamente o poder exigido e dado em pagamento (L. Beaulieu). Os outros metais ficam com emprego facultativo como o cobre, o níquel, o bronze, o papel, etc.: estes não são "realmente" a moeda, são considerados simples "promessas" ou "obrigações realizáveis" da primeira e nada mais (Amaro Cavalcanti, "O meio circulante nacional", Rio, 1893). Assim, na Inglaterra adotou-se o ouro como moeda padrão, de curso legal; e nas Índias e na China, a prata. No segundo sistema, o ouro e a prata teem o mesmo poder liberatório, isto é, tem curso legal forçado. Foi este o padrão adotado pela França, desde o começo do século passado e seguido por diversos outros países.

SOB O REINADO DO VENTUROSO

Tendo mandado aprestar uma imponente esquadra de treze velas para mandar à Índia, recentemente descoberta pelo herói do cabo Tormentorio, quiz Dom Manoel confiá-la ao comando de Pedro Alvares Cabral e, efetivamente, a viu abandonar o Tejo no dia 9 de março de 1500. No dia 22, a esquadra, feliz e soberba, dobrou o Cabo Verde e — como aprendemos em criança — ou para se livrar das calmarias do golfo da Guiné, ou por ter sido impellido por forte tormenta, ou porque o capitão imaginasse achar nova terra (como é opinião corrente) tomou o rumo sul, tendo por esta ocasião voltado uma caravela em arribada para Lisboa. Raiava sereno e claro o dia 21 de abril. Cabral avistou terra e um monte a que deu o nome de Pascoal; tinha descoberto o vasto país do "Cruzeiro", nova constelação fulgente para o diadema do Venturoso — "por graça de Deus rei de Portugal e das Algarves, de aquém e de além Mar em Africa e Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arabia, Persia e da Índia". O Brasil nascia para o Mundo civilizado. Ia começar a sua vida com o comércio do pau-brasil, o seu primeiro produto exportavel e o ponto de partida para o seu povoamento e colonização.

O reinado de D. Manoel inaugurou-se em 25 de outubro de 1495 e terminou a 13 de dezembro de 1521. Afirma o autor da "História Monetária do Brasil Colonial" que é útil e mesmo necessário o conhecimento da situação monetária de Portugal ao tempo do descobrimento da Terra de Santa Cruz. Algumas moedas lavradas no reinado de D. Manoel, pela primeira vez atravessaram os reinados posteriores e tiveram larga circulação, chegando seus nomes até aos nossos dias, como por exemplo o "Tostão". Anteriormente a 1694 e mesmo nas últimas décadas do século XVI, graças, sobretudo, ao lenho tintório, vendido "por preço de sete a oito tostões o quintal", numa produção média de 2 mil quintais cada ano e ao do açúcar, exportado em quantidade superior a 500 mil arrobas, só das capitâneas do Norte, a circulação tomava incremento "tendo muitos homens adquirido grande quantidade de dinheiro amoadado e havia na Baía tal quantidade de prata proveniente do comércio via Rio da Prata que espanhou François Pigard, viajante francês de Laval, que lá esteve em 1612. Assegura o mesmo autor que, ao tempo da descoberta, o centro monetário da Europa já se transferira de Veneza para Antuérpia, cuja ganância e audácia culminam, mais de um século depois, com a conquista da capitania do Norte. Graças aos judeus, da época, D. Manoel encontrou a situação monetária decorrente da reforma de 1485, cujas condições, parece, foram desenvolvidas e recapituladas em 1489. A lei de 25 de dezembro desse ano estabelecia a relação seguinte entre as três espécies de real: real de prata, (vintem) valia 20 reais brancos; real branco, (bilhão) valia 10 reais pretos; real preto (cobre) valia 6 ceitils. O marco da prata devia produzir 174 Reais de prata e valer 2.280 Reais brancos. O Cruzado valia 380 Reais brancos ou 19 Reais de prata. A partir deste reinado os Reais brancos não foram mais lavrados, cessando a sua circulação.

Assim, temos a seguinte relação:

OURO	
Português	10 Cruzados
Cruzado	400 Reais brancos
Quarto de Cruzado	100 " "
PRATA	
Meio Português	200 " "
Tostão	100 " "
Meio Tostão	50 " "
Índio	33 " "
Real (vintem)	20 " "
Meio Real	10 " "
Cinquinho	5 " "

Desta relação, as lavradas pela primeira vez são: Português, Quarto de Cruzado, Meio Português, Tostão, Meio Tostão e Índio. O Cruzado vinha de D. Afonso V; o "Real" e o "Meio Real", de D. Fernando; e o "Cinquinho", de D. João II; o "Real preto", de D. Duarte e o "Ceitil", nome talvez originado de Ceuta, parece ter sido lavrado primeiramente no reinado de D. João I. A propósito do "Português" e da "Esfera" rezam as crônicas que D. Manoel mandou gravar nesta moeda a Cruz da Ordem de Cristo por ser ele o seu Grão-Mestre e que a "Esfera" foi posta na primeira moeda de ouro fabricada por este monarca e corrente na Índia, como símbolo, ao que parece, das empresas marítimas que tentara vitoriosamente, e que deu a Portugal a época mais gloriosa da sua história. Com efeito, lemos em "Notícias de Portugal", de Manoel Severim de Faria, "que teve El-rei D. Manoel por empresa a Esphera e l'ha deu El-Rei D. João II como em pronóstico da coroa. Pelo que depois de ser Rei mandou lavar uma moeda de ouro que de uma parte tem: esculpida uma Esphera e de outra, uma coroa com uma letra que diz MEA com que, parece, quiz denotar que a Esphera que D. João lhe deu por empresa alcançou ele por obra, descobrindo e conquistando a Índia e o Brasil".

No reinado de D. Manoel foram estabelecidas oficinas para cunhagem de moedas em Cochim, em Góa e em Malaca, nas quais, conforme consta de documentos, se lavraram Cruzados de ouro, Esferas de prata e Reais e Dinheiros de cobre.

SOB O REINADO DO "COLONIZADOR"

No reinado de D. João III (de 13 de dezembro de 1521 a 11 de junho de 1557) verifica-se um fato da maior gravidade: a grande evasão das moedas de ouro. Como as Cortes Gerais de 1525 e de 1535 o apontassem, El-Rei ordena que nas casas de moeda existentes nos seus reinos não se lavrasse daí por diante "moeda de Portuguezes, nem Cruzados de ouro da espécie até então nelas lavrada. Somente se lavrariam Cruzados de ouro do mesmo peso dos outros, até aí lavrados, "que é cada um de uma oitava de onça, menos três quartos de grão e da lei de 22 quilates e cinco oitavos largos e valerão 400 Reais cada um". E, assim, mandava que das moedas de prata, daí para o futuro, não se lavrassem Tostões nem Meios Tostões. Lavar-se-iam somente Vintens, Meios Vintens e moedas de Cincos, "da mesma lei, cunho e maneira que se até aqui lavraram. E assim (mando) que se lavre uma moeda que se chame Real Português, de peso de dois vintens e da mesma lei, que valerá 40 Reais" (Lei de 26 de novembro de 1538). Por esta época, D. João III, adotando uma política mais prática do que a do seu pai D. Manoel, voltava suas vistas para a colonização do Brasil, que desde então começou uma vida econômica mais intensa, ainda que com algumas intermitências, determinadas por crises políticas a que esteve sujeita a metrópole. Deste modo, ao findar a primeira metade do século XVI estava organizada ainda que rudimentarmente a vida econômica da nova colônia lusitana. Terras abundantes e férteis, braços fornecidos pelo africano e os indígenas subjugados ou aliados, capital representado pela própria produção eram movimentados para a troca das utilidades vindas da metrópole, ou por contrabando e serviam para os próprios pagamentos internos. As crises financeiras, ocorridas nos domínios de Sua Majestade, levaram, posteriormente, o rei Colonizador a tomar providências adequadas "ao bem e ao proveito dos seus povos", razão porque, naturalmente, a Ordenação de 20 de novembro de 1539, estabelece que "o marco de prata assim em pasta como qualquer outra que não for a moeda, sendo da lei de 11 dinheiros que até agora valeu a 2.345 Reais o marco valha em meus Reinos e senhorios a 2.400 Reais o marco; e a que se fizer em moeda valha para cuja for a mandar a moeda 1.440 Reais o marco e de cada marco se farão 62 1/2 dos Reais Portuguezes que ora mandei lavar que vale cada Real 40 Reais e será cada peça do peso de 73 8/11 grãos. E querendo as partes e lavramento de sua prata em Vintens se lhe fará de cada marco, 125 vintens de 36,9 5/11 grãos o Vintem e querendo Meios Vintens ou de Cincos se lhes lavrarão ao dito respeito, e assim valerá o marco da dita prata feito nas ditas moedas 2.500 Reais, dos quais se responderá a parte cuja for a tal prata que se assim lavrar, com 2.440 Reais para ele, porque os 60 Reais que ficam se despendem por marco na casa da moeda, no lavramento e custas de que se lava; e portanto mando que daqui em diante a prata de lei de 11 dinheiros tenha a dita valia e mais não e que pessoa alguma a não engeite pelo dito preço nem se dê por outro maior, sob pena de 50 Cruzados, a metade para quem o acusar e a outra metade para a minha câmara e haver as mais penas que por minhas ordenações são postas aos que engeltam moedas destes reinos; e hei por bem e dou licença a qualquer pessoa que tiver moeda de prata da que até ora é lavrada que possa mandar desfazer e lavar na moeda da valia que por esta ordenação mando que daqui em diante corra e mando aos oficiais da moeda que lhe desfajam e lavrem nos ditos Reais de 40 Reais a peça das moedas sobreditas e lhe ajudam com todo o que na tal prata montar pela valia e preço acima declarado sem uns nem outros por isso incorrerem nas penas que por minhas ordenações são postas aos que desfazem moedas, ou as mandem desfazer..."

Pela Ordenação de 16 de outubro de 1550, D. João III "informado da opressão que seu povo recebia pela falta que em todos os seus reinos e senhorios havia de moeda de cobre que é a de que o povo se mais serve na compra de cousas miudas e que procedia esta falta, parte por se não lavar tanta quantidade dela como era necessária para o uso do povo, parte porque a que se lavrava era de tal peso que se levava por mercadorias dos seus reinos para senhorios estranhos, pelo ganho que nisso se achava, desejando atalhar ambos estes inconvenientes de que nascia esta falta, e fazer mercê a seus vassallos, mandou que se batesse na Casa da Moeda da cidade de Lisboa maior quantidade de cobre do que até então se costumava bater". Em virtude desta providência foram lavrados Ceitils de 18 grãos, perfazendo 6 deles um Real, com o mesmo cunho dos Ceitils correntes. Esta moeda apareceu: o Real de meia oitava de peso, valendo 6 Ceitils; e outra que tivesse de peso 5 oitavos e valesse 10 Reís. "Todas estas moedas mandou El-Rei que corresse em todos os Reinos e senhorios com as valias acima declaradas e se recebessem nesta forma. Que todo o pagamento que não passasse de 50 Reís se pudesse fazer por inteiro nas moedas de cobre e de 50 Reís, até 200 não pudessem as partes ser obrigadas a tomar mais nas moedas novas de cobre que quarta parte no pagamento e de 200 Reís até 1.000 da mesma maneira e de 1.000 até 2.500 não fossem obrigados a tomar mais que 250 Reís e de 2.500 Reís até 10.000, tomassem até 1.000 Reís e de 20.000 Reís até 100.000, se pudesse dar em pagamento de 1.000 Reís por cada 100.000 Reís. Ainda por outra Ordenação de 10 de junho de 1555, El-Rei faz saber: "Lei por bem e me apraz que da publicação deste em diante se não lavrem, nas Casas da Moeda de meus reinos as moedas de ouro, nem de prata que até ora se lavravam e que do ouro, que das ditas Casas da Moeda entrarem, para se haver de lavar em moedas, se façam daqui em diante duas sortes de moedas de ouro, umas que valham 1.000 rs., de 6 Ceitils o Real e outras 500 rs., também de 6 Ceitils o Real, de ouro de lei do 22 quilates e um oitavo de quilate, que é a lei do ouro que antes desta ordenação se soia a lavar. E de cada marco de ouro que se lavar nas ditas moedas de 1.000 rs. se farão 30 peças que tenha cada uma de peso 2 oitavas, 9 grãos e 3/5 de grão e terá de uma parte "S. Vicente"... E das moedas de 500 rs. se farão de cada marco de ouro 60 peças que tenha cada uma de peso 1 oitava, 4 grãos e 4/5 de grão e terá de uma parte "S. Vicente". Novos Tostões e Meios Tostões e Vintens de prata são lavrados com alterações no peso. De conformidade com determinado nas Ordenações, encon-

A "Semana" sina pro nós 74

A tocante cerimônia na Fundação

Na rua feia, escura, nova, clara, iluminada, moderna e alegre, cheia de canções, abandonado, Moros, jornalheiros, os padades. Viviam porados, ao léo da chuva, sem proteção explorados pelos pequenos tempestade, sem Foi colhe-los pias Vargas. E que seu nome — sim, de e de tanta, jornalheiros, ante depois de aprego contram conforto o pão do corpo e dem, principalm do trabalho e o v dade humana enc Foi na "Casa d ro" que a "Cali ve, onter, encerr na de ternura e morações da "S. Hora plena de a nos músicos da r marchas e dobr cados pelos ins o amplo "hall" elegantes de alt rais e de jorna precedido pela batalhão azul o prensa.

PREMIOS

Eram muitos. teiro, irrepreens dantes de aleg continha num s te da mesa em Carlos Luz, m Executivo da C apresentando a Sr Romero Estelita Nacional. Eram ceberam um p para os que m aulas e na pro na cortezia. preceitos de e ssores lhes min te. Prêmio m estímulo à p ciais, ao estudo

Duas garotim vestidas de sed los, representav pobres de unifor são que o Bras entre as class nas mais altas, sinando as ma e tolerância e a minhos ilumin Marly Pereira de Brito ofere de orquídeas r ra da "Casa d dora, Marly, a cheados. Foi discursos:

"A Caixa Ec Rio de Janeiro, rece a v. excia. ra Darcy Varg refletem a noss pela obra profun s. excia, inspira

O dr. Carlos I são, enalteceu a meira Dama do clara sala ilu e de tanta vilhosidade

Uma lauta amavelmente "ficos" sim nelas amplas veis, de nov brantes da quenos Jorna

INSP

T Não apresen Não diminuir Desobediência — P. 29465. permitido: — Formar fila d so de fumaça versas infra; 23849 — 3249 — Mota 331. 564.

Chamada pa as 7.45 Adyr Maia Bonifácio C Brandão Sen da Silva, Osy Prova oral, Paulo Ferr Resultado dia 31 do co AP — Pai dos Rocha, José T Souza Regi Roberto Fel Rep. — 2

tramos par D. João III cia em reais OURO

Português Cruzado S. Vicente Melo S. Vico PRATA

Tostão Meio Tostão Vintem Meio Vintem Cinquinho Real Português Real Português COBRE

Dez Reais (Pa Três Reais Real Ceitil Como se v anterior, enco moedas como o Vicente, Desap tiguente, o Qu o Real (vintem) Preto e o Meio tidulos pelo Me Português, simp Dez Reais ou Reais.

A propósito de ente e dos Meio da "Hist. Mone lonial" formula Seriam estas a iam na Capitania feridas no "Regl Obidos, de 1663? das em São Vico cas com cunhos a pole? Seriam as n versas dos S. Vic terra da qual tir Em 1556 lavra de ouro em S. Vic centes.

E aqui termina nossa notícia com bamento do "Cruze bobasente e para velho Real.

cmp 2.18.69-2